



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº _____, de 2021 (Do Sr. Roman)

Requer regime de **urgência** para apreciação do Projeto de Lei nº 2.486, de 2021, que “Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física”.

Senhor Presidente,

Requeremos nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, **regime de urgência** para a apreciação do **Projeto de Lei nº 2.486, de 2021**, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física”.

Sala de Sessões, em _____ de 2021.

Dep. **ROMAN**
Patriota/PR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Roman e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217850372200>





Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) **(Do Sr. Roman)**

Requer regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.486, de 2021, que “Altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física”.

Assinaram eletronicamente o documento CD217850372200, nesta ordem:

- 1 Dep. Roman (PATRIOTA/PR)
- 2 Dep. Vitor Hugo (PSL/GO) - LÍDER do PSL *-(P_7689)
- 3 Dep. Enrico Misasi (PV/SP) - LÍDER do PV
- 4 Dep. Fred Costa (PATRIOTA/MG) - LÍDER do PATRIOTA *-(p_6472)
- 5 Dep. Bohn Gass (PT/RS) - LÍDER do PT *-(p_7800)
- 6 Dep. Igor Timo (PODE/MG) - LÍDER do PODE *-(P_7397)
- 7 Dep. Efraim Filho (DEM/PB) - LÍDER do DEM *-(P_113862)
- 8 Dep. Cacá Leão (PP/BA) - LÍDER do PP *-(p_7731)
- 9 Dep. Isnaldo Bulhões Jr. (MDB/AL) - LÍDER do MDB *-(P_4835)
- 10 Dep. Capitão Wagner (PROS/CE) - LÍDER do Bloco PROS, PSC, PTB *-
(P_122581)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

